

Impresso
Especial

1000011849/2006-DR/BSB
Anamatra

///CORREIOS///

JOURNAL
ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANO XV Nº 136 - RETROSPECTIVA 2010



Registro
eletrônico
de ponto

Inamovibilidade

CSJT

Execução

Metas

Jornada Nacional

Jogos Nacionais

Subsídios

Conciliação

RETRO

2010

Direitos Humanos

CNJ

Planejamento

Funget

Reforma do CPC

Celeridade

Férias de 60 dias

OIT

Conamat

Parlamentares

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Luciano Athayde Chaves (Amatra 21)

VICE-PRESIDENTE: Renato Henry Sant'Anna (Amatra 15)

SECRETÁRIA-GERAL: Maria de Fátima Coelho Borges Stern (Amatra 5)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ibrahim Alves da Silva Filho (Amatra 6)

DIRETOR FINANCEIRO: Antônio Neves de Freitas (Amatra 3)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Nélie Oliveira Perbeils (Amatra 1)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: Ary Marimon Filho (Amatra 4);

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS: Carla Reita Faria Leal (Amatra 23)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: José Ribamar Oliveira Lima Júnior (Amatra 10)

DIRETORA DE APOSENTADOS: Cristina Ottoni Valero (Amatra 2)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: Gabriel Napoleão Velloso Filho (Amatra 8)

CONSELHO FISCAL: Eulaide Maria Vilela Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da Fonseca (Amatra 18) e Narbal Fileti (Amatra 12); **SUPLENTE:** Vitor Leandro Yamada (Amatra 14)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608 Brasília/DF CEP: 70316-000

Na Internet: www.anamatra.org.br

Contato: (61) 3322-0266 / 3321-7388 imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS: Mariana Monteiro (7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: Adriana Zetula

REVISÃO: Alessandro Lisboa (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: Julio Leitão (61) 99677291

IMPRESSÃO: Mais Gráfica Editora Ltda

TIRAGEM: 4.800

Carta ao associado



Caros colegas,

O ano de 2010 acabou e podemos computar muitas conquistas para o movimento associativo da magistratura trabalhista. Ademais, aquilo que ainda não atingiu êxito dentro de nossas metas continuará a ser buscado com muita garra e afinco pela nossa diretoria até o último dia do mandato, data que se aproxima.

Neste ano que passou podemos destacar ganhos relevantes para a nossa classe. Um deles é o protocolo que firmamos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina, entre outras ações, a divulgação do vídeo do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) com legendas em francês, inglês e espanhol, ampliando assim a disseminação da iniciativa mundo afora.

E a parceria com a OIT não parou por aí. Conseguimos ganhar um espaço durante a 100ª Conferência Internacional, que será realizada no meio do ano em Genebra, para apresentar o TJC e nossa Associação para os participantes.

Já em relação aos projetos de interesse da magistratura trabalhista no Congresso Nacional, podemos dizer que em 2010 garantimos avanços significativos. Vários foram os projetos que tiveram progresso em suas tramitações. Um exemplo foi o parecer favorável dado pelo relator ao Projeto de Lei nº 246/2005, que trata do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget).

Na mesma seara, nossa luta pelo restabelecimento de uma política remuneratória permanente para a magistratura trabalhista foi prioridade de atuação da Anamatra durante o último ano. Além disso, entregamos documento com sugestões em defesa do adicional por tempo de serviço (ATS).

Também podemos afirmar que 2010 foi um ano de intensa troca de ideias e experiências entre os colegas associados à Anamatra. Realizamos o 15º Conamat, em Brasília, os Jogos Nacionais da Anamatra, em Bento Gonçalves (RS), e a Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, em Cuiabá (MT). Dessa última, em especial, pudemos extrair mais de 50 enunciados que servirão de base para que os profissionais do Direito melhorem a prestação jurisdicional oferecida à sociedade.

Para 2011, esperamos obter ainda mais êxito em nossas parcerias e ações, sempre visando que as prerrogativas da nossa classe continuem a ser respeitadas, e que os direitos do trabalhador sejam garantidos e preservados.

Um ótimo ano a todos!

Luciano Athayde Chaves
Presidente da Anamatra

Brasília sedia 15º Conamat

Depois de quatro dias reunidos em Brasília, no 15º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), os juizes do Trabalho contabilizaram uma extensa produção de proposições, ideias e troca de informações a respeito do exercício da magistratura e de sua importância para o bem-estar da sociedade brasileira. Mais de 600 juizes do Trabalho participaram do evento, além de diversos profissionais do Direito e estudantes.

Esta edição do maior evento da magistratura trabalhista brasileira teve como tema central "A Constituição, o Trabalho e a Democracia: Tensões e Perspectivas". Nesse contexto, foram discutidas propostas jurídicas sobre temas como ativismo judicial e separação dos poderes; as relações coletivas de trabalho e democracia; o processo do trabalho e o princípio fundamental da duração razoável; o processo virtual; e gestão judiciária.



Foto: Arquivo Anamatra

A assembleia geral aprovou, no encerramento do 15º Conamat, 46 teses de um total de 69 que foram discutidas durante o evento. Algumas propostas enunciam posições já defendidas pela

Associação, a exemplo do fim do imposto sindical; das mudanças no arredondamento do quinto constitucional; e da criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. *A*

Jornada discute aprimoramento da execução no Processo do Trabalho

Firmar um amplo fórum de debate entre os operadores do Direito na Justiça do Trabalho sobre execução no Processo do Trabalho. Com esse objetivo, a Anamatra promoveu, de 24 a 26 de novembro, em Cuiabá (MT), a Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho.

O evento reuniu cerca de 250 profissionais do Direito, que puderam assistir a palestras e discutir propostas jurídicas, das quais mais de 55 foram aprovadas. "Execução é algo muito especial relacionado ao que a gente faz. É entregar o bem da vida a quem nos pediu. Nós temos que comemorar a dedicação que todos tiveram nesta jornada. Espero que



Foto: Aelson Ribeiro

tenhamos construído aqui um futuro melhor para a Justiça e para o povo brasileiro", afirmou o

presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao comemorar os resultados do evento. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Serra Gaúcha recebe Jogos Nacionais da Anamatra

Vinhedos, vinícolas e um clima frio, porém acolhedor, compuseram o cenário dos Jogos Nacionais em Bento Gonçalves (RS). De 8 a 11 de outubro a Serra Gaúcha recebeu cerca de 300 magistrados, acompanhantes e familiares. Em clima de confrater-

nização e espírito esportivo, os juizes-atletas participaram de diversas modalidades: futebol society, tênis (dupla e individual), tênis de mesa, vôlei de praia, natação, xadrez, corrida (5 e 10 km), dominó e pádel. *A*

Política remuneratória da magistratura

A atuação da Anamatra pelo restabelecimento de uma política remuneratória permanente para a magistratura do Trabalho foi prioridade de atuação da Anamatra durante o ano de 2010. A entidade acompanha no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7749/2010, que trata da revisão do subsídio mensal da magistratura brasileira.

A proposta que embasou o texto do Projeto de Lei foi elaborada por um grupo de trabalho instituído pelo ex-presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, a pedido da Anamatra e de outras associações nacionais da magistratura, que culminou na elaboração de um texto consensual entre o Conselho Nacional de Justiça, a Anamatra, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Além do reajuste do subsídio, o grupo recebeu da Anamatra documento com sugestões em defesa do restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS), conforme dispõe a Proposta de Emenda Constitucional nº 21/2008. A Anamatra defende uma importante e necessária modificação do texto constitu-



Foto: Arquivo Anamatra

cional, principalmente pela natureza especial das típicas funções dos magistrados e integrantes do Ministério Público, que não possuem a denominada progressão funcional horizontal. *A*

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

Em concorrida solenidade, prestigiada por diversas autoridades, a Anamatra entregou na noite do dia 8 de dezembro o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. Este ano, a Anamatra premiou iniciativas nas categorias Judiciário Cidadão, Instituição e Imprensa (TV, impres-

so e rádio/internet). Cada premiado recebeu estatueta, inspirada no "Cilindro de Ciro" e prêmio em dinheiro no valor líquido de R\$ 8 mil. Além disso, a entidade conferiu placa de menção honrosa para um concorrente da categoria Judiciário Cidadão. *A*



Fotos: Alessandro Dias

Anamatra na mídia

Durante o ano de 2010, a Anamatra manifestou-se na mídia nacional sobre diversos assuntos ligados à magistratura brasileira, bem como aos direitos sociais. Entre essas manifestações destacaram-se

os diversos artigos do presidente da entidade, publicados em jornais de grande circulação, além de suas republicações em periódicos regionais. Entre os assuntos abordados por Luciano Athayde Chaves em seus textos estiveram:

números da Justiça do Trabalho, depósito recursal, terceirização e corrupção eleitoral, metas para a execução trabalhista, precarização do trabalho, além de um artigo sobre o dia 1º de maio. *A*

Anamatra e OIT firmam protocolo



Fotos: Arquivo Anamatra

Estabelecer relações de cooperação e informação sobre matérias atinentes às normas internacionais do trabalho. Com esse objetivo a Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) firmaram, em agosto, na sede da Associação em Brasília, um acordo de cooperação (protocolo de intenção) para promoção de iniciativas que efetivem uma agenda de trabalho decente para homens e mulheres, através do fortalecimento do diálogo social e do respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

O protocolo foi assinado pelo presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e pela diretora do departamento de normas da OIT, Cleopatra Doumbia-Henry. A iniciativa da Associação de aproximar o Judiciário da sociedade e estimular o aprendizado dos direitos trabalhistas, da ética e da cidadania, realizada por meio do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) em várias regiões do País, emocionou a diretora, que disse ainda que gostaria de traduzir e legendar o material apresen-

tado pela Anamatra para o francês, inglês e espanhol, para mostrar aos países membros da OIT a fim de que eles possam se inspirar na iniciativa da entidade de levar noções dos direitos fundamentais para os cidadãos.

A visita à Anamatra culminou em tratativas para a tradução do vídeo, bem como para a publicação de uma cartilha sobre normas internacionais do trabalho em quadrinhos. Os materiais serão apresentados pela Anamatra na 100ª Conferência Internacional da OIT em 2011, ocasião em que a Associação também contará com um espaço institucional.

Ainda no âmbito da agenda internacional, o presidente da Anamatra e o diretor de formação e cultura, Fabrício Nogueira, participaram como observadores, por indicação do governo brasileiro, da 99ª Conferência Internacional da OIT, ocorrida em junho. Foram 16 dias de debates, reunindo representantes de governos, empregadores e trabalhadores dos 183 países membros da Organização. *A*

Planejamento estratégico e orçamento

Participação no planejamento estratégico e no orçamento do Poder Judiciário foi outro tema de expressiva atuação da Anamatra durante o ano de 2010. Entre as atividades destacou-se a entrega ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Milton de Moura França, de documento requerendo a participação de no mínimo dois magistrados – um de primeiro grau e um de segundo grau – nos trabalhos de elaboração e execução das propostas orçamentárias e planejamento estratégico da Justiça do Trabalho, no âmbito do CSJT.

Ainda no âmbito desses temas, a Anamatra participou de duas edições do Encontro Nacional do Judiciário, ocorridos em 2010 (ver editoria Judiciário),

além dos debates promovidos pelo CNJ, a exemplo dos workshops para os gestores das metas. Nessa semana, a Anamatra criou, no âmbito da Associação, a Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário, formada com o objetivo de permitir melhor avaliação pela Associação nacional do Planejamento Estratégico Nacional para o Poder Judiciário, notadamente no âmbito da Justiça do Trabalho, inclusive apresentando propostas para o aperfeiçoamento da instituição judiciária e as dificuldades para o cumprimento das metas. Entre diversas atividades desenvolvidas durante todo o ano, os membros da Comissão participaram de um curso sobre orçamento público promovido pela entidade, em sua sede em Brasília. *A*

Anamatra manifesta-se sobre decisão do STF que proíbe parcelamento de pagamentos

A Anamatra manifestou-se sobre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu dispositivo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que permitia o pagamento de precatórios pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional

30/2000, de forma parcelada, em até dez anos.

Para o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, o entendimento da Corte Suprema implica ruptura com os ciclos de emendas constitucionais de parcelamento da dívida pública.

“O problema do parcelamento tem estreita relação com os conceitos de direito de acesso ao Poder Judiciário e à prestação jurisdicional efetiva”, afirmou o magistrado, ao ressaltar que a submissão dos cidadãos a sucessivas moratórias é injusta. *A*

Promoção por merecimento e acesso aos tribunais

A Anamatra ingressou no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4510 questionando alguns dispositivos da Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelece critérios objetivos para promoção por merecimento de magistrados e acesso

aos tribunais de 2º grau. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) também são signatárias da ADI. Na ação, as entidades alertam para o fato de a Resolução encerrar graves violações à independência da magistratura, de isonomia e de proporcionalidade.

Entre os pontos questionados está a submissão dos critérios de merecimento ao exame do mérito das decisões dos juizes para fins de promoção (disciplina judiciária), à residência fora da comarca e ao número de sentenças líquidas prolatadas, além de outros pré-requisitos. *A*

Presidente da Anamatra reúne-se com Corregedora Nacional de Justiça

O presidente da Anamatra reuniu-se com a nova Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. Na ocasião, além de fazer uma visita de cortesia à magistrada, que assumiu a nova função em setembro, foram discutidos diversos assuntos de interesse da Justiça do Trabalho.

Durante a audiência, a ministra Eliana Calmon reconheceu a importância da Justiça especializada, fato esse demonstrado pelo último relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça. Entre as ações de destaque da Justiça do Trabalho, encampadas pela Anamatra, a ministra lembrou a iniciativa que culminou no fim do nepotismo nos três Poderes. Eliana Calmon também destacou as peculiaridades



Foto: Arquivo Anamatra

de sua atuação na Justiça do Trabalho, em função das atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça do

Trabalho com quem a Corregedoria Nacional tem mantido uma elevada parceria institucional. *A*

Luciano Athayde palestra no 3º Encontro Nacional do Judiciário

O presidente da Anamatra foi um dos painelistas do 3º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em fevereiro em São Paulo. O magistrado integrou o painel "O papel da magistratura nacional na execução do planejamento estratégico do Poder Judiciário", que contou ainda com a participação dos então presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Matos, e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares Pires, e foi presidido pelo conselheiro Leomar Amorim, membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ.

Em sua intervenção, Luciano Athayde falou do papel da magistratura, representada coletivamente pelas entidades de classe, na execução do planejamento estratégico. "Planejar é uma coisa,



Foto: Jair Cardoso / Ascom Ajufe

mas o grande desafio é a execução. A palavra-chave para o avanço é 'participação' e o desafio é transportar as ideias aqui colocadas para todos os juizes brasileiros", afirmou o magistrado. Para o presidente, é necessário criar uma

cultura de gestão entre os magistrados, tarefa que segundo ele não é fácil. "A gestão judiciária exige conhecimento de uma nova cultura que os juizes brasileiros muitas vezes sequer têm tempo para pensar", disse. *A*

Anamatra participa do 4º Encontro Nacional do Judiciário no Rio de Janeiro

O ano de 2009 também marcou a realização do 4º Encontro Nacional do Judiciário no Rio de Janeiro. "A participação das entidades de classe no Encontro é fundamental, traduzindo a visão coletiva dos

magistrados do trabalho sobre as estratégia e as ações de planejamento do Poder Judiciário", disse Luciano Athayde, que esteve no Encontro, juntamente com outros dirigentes da entidade e da Comis-

são de Estudos de Planejamento Estratégico e Meta do Judiciário.

Na solenidade de abertura, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, ressaltou que o Encontro "é uma oportunidade de pensar em conjunto projetos, objetivos e metas para recuperar a credibilidade do Judiciário, cujo papel é essencial para a consolidação da democracia". Para o ministro, é chegada a hora de repensar o papel do Judiciário e definir o que pode ser feito para aprimorar a prestação jurisdicional.

A Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário da Anamatra entregou proposta com sugestões para metas prioritárias alternativas para 2011 CNJ, muitas delas discutidas e aprovadas durante o 4º Encontro. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



CNJ reconhece trabalho da Anamatra em prol da conciliação

Foto: Arquivo Anamatra



A Anamatra recebeu o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelos trabalhos desenvolvidos em prol da conciliação. Concedido pela primeira vez pelo CNJ, o Prêmio Nacional da Conciliação tem como objetivo homenagear experiências

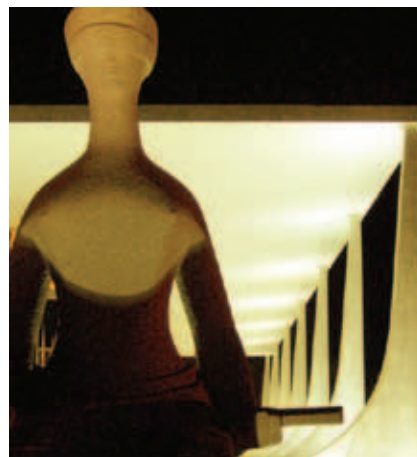
bem sucedidas no Judiciário brasileiro que incentivam o acordo amigável como alternativa para a solução de conflitos judiciais. A solenidade aconteceu no Rio de Janeiro, durante o 4º Encontro Nacional do Poder Judiciário. *A*

4ª edição do Encontro Nacional dos Diretores de Prerrogativas da Magistratura Trabalhista

Foto: Arquivo Anamatra



Em outubro foi realizado o 4º Encontro Nacional de Diretores de Prerrogativas da Magistratura Trabalhista, na sede da Amatra 7, em Fortaleza (CE). Os participantes debateram as estruturas dos diversos tribunais, para conhecer e diagnosticar a organização interna dos órgãos administrativos e judiciários. *A*



Supremo decide em favor da competência da Justiça do Trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão monocrática do ministro Dias Toffoli em conflito de competência, indeferiu pedido de liminar que pedia a suspensão da venda judicial de fazenda de propriedade do empresário Wagner Canhedo, para quitar parte das dívidas trabalhistas dos funcionários da Viação Aérea São Paulo (Vasp). Em seu voto, o ministro Dias Toffoli afirmou que a análise das execuções trabalhistas pelo Juízo de Falências torna-se inviável, em prejuízo dos trabalhadores. "Em muitos casos, despreza-se o aspecto teleológico do processo e condenam-se à inviabilidade prática as execuções trabalhistas por conta de falência".

Anteriormente à decisão, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, havia se encontrado com Dias Toffoli para discutir a ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Ainda preocupada com o tema, a Anamatra lançou o livro "Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho". *A*

Anamatra defende valorização da carreira dos magistrados nos tribunais superiores

A Anamatra manifestou-se favoravelmente à iniciativa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, que enviou à Casa Civil sugestão de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para assegurar à magistratura de carreira uma maior participação dos Tribunais Superiores. Pela proposta, o ingresso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo quinto constitucional ficaria restrito às vagas destinadas ao quinto e não às dos juizes de carreira como ocorre atualmente. A mudança proposta pelo ministro Peluso para o STJ já vale hoje no Tribunal Superior do Trabalho. *A*

Corregedoria da JT revoga provimento sobre convocação de magistrados de primeiro grau

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, revogou provimento nº 01/2008 da Corregedoria, que dispõe sobre a convocação de juiz titular de vara do Trabalho para substituir juiz de Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O dispositivo determinava, ainda, conforme o art. 2º, a imediata cessação de convocação de juiz titular de vara do Trabalho para auxiliar exercente de cargo de direção de TRT. A revogação atendeu ao pleito da Anamatra, que apresentou requerimento ao corregedor pedindo a revogação especificamente do art. 2º do provimento. *A*

Associação discute ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho

No começo de julho, o presidente da Anamatra, acompanhado do diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos, Germano Siqueira, do integrante do Conselho Fiscal e da Comissão de Prerrogativas Vitor Yamada e do juiz do Trabalho da 19ª Região (AL) Valter Pugliesi, membro da Comissão Legislativa da entidade, esteve com o ministro Gilson Dipp, então Corregedor Nacional de Justiça. Os magistrados apresentaram documento com contribuições da entidade sobre os parâmetros para criação de Varas do Trabalho, cargos e funções na Justiça do Trabalho. *A*

Foro íntimo: ministro defere liminar para suspender a Resolução nº 82 do CNJ

O ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Brito concedeu liminar no Mandado de Segurança (MS 28215) para suspender a Resolução nº 82 do Conselho Nacional de Justiça. A Resolução determina aos magistrados de 1º e 2º graus que comuniquem os motivos quando se declararem impedidos por foro íntimo para julgar determinado processo. O MS foi impetrado pela Anamatra, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) pedindo a suspensão liminar da resolução e, no mérito, a sua anulação. *A*

Anamatra ingressa no STF contra regime especial de pagamento dos precatórios

A Anamatra ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, contra dispositivos da Emenda Constitucional nº 62, que dispõe sobre o regime especial de pagamento de precatórios de estados, municípios e do Distrito Federal. A ADI, que recebeu o nº 4400, está sob a relatoria do ministro Carlos Ayres Britto. *A*

Pagamento de indenização de férias a magistrado em caso de aposentadoria

O CSJT ratificou em 2010 a decisão do CNJ de reconhecer a viabilidade jurídica do pagamento de indenização de férias ao magistrado em caso de aposentadoria, comprovada a impossibilidade de gozo

até o desligamento do quadro da magistratura. A Anamatra manifestou-se favoravelmente ao pleito, inclusive pela não limitação do pagamento a dois períodos de férias. *A*

Parceria no combate à exploração sexual infantil

A Anamatra reuniu-se com integrantes do CNJ para discutir parceria com a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público. A ideia é promover ações de sensibilização e medidas práticas de combate à exploração sexual infantil nas estradas brasileiras, bem como a outros crimes praticados nas rodovias, como corrupção, tráfico de drogas e armas. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Inamovibilidade para juízes substitutos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atendeu pedido de providências da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis-DF) pela inamovibilidade os juízes substitutos. A matéria havia sido objeto de parecer anterior da Anamatra que, na mesma linha da Amagis, entende que uma vez designado para determinado território ou para atuar em determinada vara especializada, o magistrado somente poderia ser transferido para local ou atribuição diversa transitoriamente e segundo regras previamente assentadas, apenas ressalvada a remoção punitiva que cuida o inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal. *A*

Pagamento de diárias a magistrados do Trabalho

O ato nº 107 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que dispõe sobre o pagamento de diárias a magistrados do Trabalho, foi objeto de atuação da Anamatra durante o ano de 2010, inclusive com novo pedido de providências formulado ao Conselho. Para a entidade, o ato viola a regulamentação maior contida na Resolução nº 73 do CNJ, que dispõe sobre o tema no âmbito de todo o Poder Judiciário com caráter normativo e vinculante. *A*

Perda de cargo de magistrado por decisão administrativa

A pedido da Anamatra e demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, o CNJ divulgou nota técnica manifestando-se contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 505/10, originária da PEC nº 89/2003. A proposta, já aprovada pelo Senado Federal e que aguarda parecer na Câmara dos Deputados, visa a impedir a utilização da aposentadoria compulsória dos magistrados como medida disciplinar e permite a perda de cargo por decisão administrativa. A nota técnica do CNJ foi encaminhada aos presidentes do Senado e da Câmara, bem como para a Casa Civil da Presidência da República e para a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. *A*

Acréscimo na aposentadoria

O CNJ retificou entendimento anterior (erro material) e decidiu, por unanimidade, que o acréscimo de 17% de tempo de serviço sobre o valor dos proventos da magistratura para fins de aposentadoria devem ser calculados levando em conta todo o tempo de serviço do magistrado do sexo masculino, até

a data da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, e não apenas aquele dedicado à atividade judicante. A decisão original do CNJ foi motivada por um pedido de providências de um magistrado do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP), questionando processo administrativo sobre pedido de

aposentadoria voluntária naquele tribunal. O entendimento do Conselho, já retificado – por força de pedidos do próprio magistrado, da Anamatra, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e de outras entidades –, deverá ser aplicado a todos os magistrados que se encontram em situação análoga. *A*

CrITÉRIOS de remoção

A Anamatra atuou no CNJ e no CSJT no ano de 2010 pela suspensão dos efeitos da Resolução nº 99/2009 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), por afronta aos critérios de remoção por antiguidade. A Anamatra pretende suspender os 2º e 4º da Resolução do próprio TRT, que estabelecem, respectivamente, que “o juiz do trabalho titular deverá permanecer em efetivo exercício por pelo menos dois

anos na Vara em cuja titularidade tenha sido investido por remoção ou permuta” e que “inexistindo juiz do trabalho habilitado na forma dos artigos anteriores, a vaga será preenchida por promoção”. A Associação entende que a resolução afronta dispositivo de lei e da própria Constituição e consolida ilegítima limitação ao exercício do direito de remoção no âmbito do TRT de Santa Catarina. *A*

Justiça do Trabalho é novamente o ramo mais célere do Poder Judiciário

Dados do relatório “Justiça em Números”, divulgado pelo CNJ em 2010, mostraram que a Justiça do Trabalho foi, mais uma vez, o ramo mais célere do Poder Judiciário. Enquanto a taxa de congestionamento global da Justiça brasileira foi de 71% em 2009, o percentual da justiça trabalhista é de 49%. Nessa seara, a Anamatra

manifestou-se no sentido de que as estatísticas positivas da Justiça do Trabalho revelam o esforço da magistratura e dos servidores da justiça trabalhista, que vêm se empenhando em oferecer uma prestação jurisdicional cada vez mais célere, observando, inclusive, as metas do Poder Judiciário, estabelecidas pelo CNJ, e a dedica-

ção à gestão judicial. Também foi objeto da manifestação da entidade a necessidade de implementar mudanças na segunda fase da caminhada processual (execução), a exemplo da oferta de condições de trabalho adequadas para os magistrados, bem como de revisão da atual estrutura e gestão de pessoas. *A*

Foto: Arquivo TRT 3



Segurança no Poder Judiciário

A Justiça do Trabalho foi incluída no texto da Resolução nº 104 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da segurança no âmbito do Poder Judiciário. A medida foi tomada após a Anamatra ter protocolado pedido de providências, no qual requeria a inclusão no programa de segurança preconizado pelo referido instrumento normativo da Justiça do Trabalho, com seus Tribunais Regionais do Trabalho, Varas e magistrados. *A*

Indicação de diretor de secretaria

O CNJ reconheceu pleito da Anamatra e da Amatra 7, garantindo que a indicação de diretor de secretaria seja prerrogativa do juiz de 1º grau. O pedido também englobou a defesa de que a prerrogativa da presidência do Tribunal seja apenas para nomear o indicado, restando os casos de veto apenas quando houver alguma ilegalidade na nomeação. *A*

Convocação de juízes para corregedorias

O CSJT revogou a Resolução nº 57, de 03 de dezembro de 2008, que vedava, no âmbito dos TRTs, a convocação de juiz do Trabalho para auxiliar na execução das atividades de competência das respectivas corregedorias regionais. A decisão atendeu petição da Anamatra que, entre outros pontos, explicitou ao órgão o apoio da entidade à Resolução nº 72 CNJ, cujo dispositivo expressamente admite a hipótese de convocação de magistrados de primeiro grau para auxiliar os exercentes de cargos de direção dos tribunais. Sobre o mesmo assunto, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no início de 2010, revogou, a pedido da Anamatra, o provimento nº 01/2008 do órgão, que determinava a imediata cessação de convocação de juiz titular de Vara do Trabalho para auxiliar exercente de cargo de direção de TRT. *A*

“Começar de Novo”



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

A Anamatra recebeu em 2010 o selo do programa “Começar de Novo”, do CNJ. A iniciativa tem como objetivo principal promover ações de reinserção social de egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, através de ações educativas, de capacitação profissional e de reinserção no mercado de trabalho. Participante do Programa, a Anamatra conta com um empregado que atua na sede da entidade em Brasília como auxiliar de serviços gerais. *A*

Resolução nº 70

O CNJ, em decisão monocrática do conselheiro Ives Gandra Filho, acolheu parcialmente pedido de providências da Anamatra, que requeria que o Conselho assegurasse a participação efetiva das associações regionais de magistrados em comissões e grupos de discussão referentes ao planejamento estratégico e à elaboração e execução orçamentária do Poder Judiciário. Em sua decisão, o Conselho determinou que os tribunais assegurem a participação efetiva dos magistrados, mediante convocação com antecipação razoável para as reuniões pertinentes aos planejamentos estratégico e orçamentário. No que tange os tribunais que ainda não iniciaram a referida convocação, o CNJ determinou o seu início, “ainda que tardio, prestando contas ao Conselho acerca das providências implementadas”. *A*

Resolução nº 63 do CSJT

Padronizar a estrutura organizacional e de pessoal nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Como esse objetivo, o CSJT editou a Resolução nº 63/2010, que substituiu a de nº 53/2008. A Anamatra encaminhou ao presidente do CSJT, ministro Milton de Moura França, diversas sugestões ao tema, que ressaltaram, em especial, o necessário nivelamento qualitativo das condições estruturais da magistratura de primeiro e segundo graus. Várias sugestões da entidade foram incorporadas ao novo texto, entre elas a previsão de o juiz do Trabalho substituto contar com um assistente, lotado na própria Vara, quando a mesma receber um quantitativo superior a mil processos por ano. *A*

Relatório Anual da Corregedoria-Geral da JT

O Relatório Anual da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, referente ao período compreendido entre 02/3/2009 e 02/3/2010, destacou a participação da Anamatra na regulamentação de procedimentos da Corregedoria. De acordo com o documento, a entidade levou ao conhecimento do Corregedor-Geral ideias que em muito colaboraram para a atualização ou modificação de

normas constantes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral. O relatório destacou, em especial, duas sugestões da Anamatra, que incorreram em mudanças no entendimento da Corregedoria-Geral. A primeira foi a revogação do Provimento nº 1/2008, que vedava, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), a convocação de juiz do Trabalho para auxiliar na execu-

ção das atividades de competência das respectivas corregedorias regionais. A segunda sugestão da Anamatra, destacada pelo relatório, foi a que incluiu, a partir de consulta da entidade, dispositivo na Consolidação de Provimentos da Corregedoria, de modo a não incidir a condenação aos magistrados das custas processuais previstas no artigo 314 do Código de Processo Civil (CPC). *A*

Prazo legal para prolação de sentenças e decisões interlocutórias

A Anamatra manifestou-se favoravelmente à iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho que, por meio da Resolução nº 001/2010, decidiu recomendar às corregedorias dos TRTs que somente instauem procedimento administrativo para verificação

de descumprimento do prazo legal para a prolação de sentenças ou decisões interlocutórias pelos juízes de primeiro grau, quando excedido em 20 dias o lapso temporal a que se refere o inciso II do artigo 189 do Código de Processo Civil (CPC). A recomendação

visa observar a razoabilidade de cobrança da prolação de sentença, levando em conta as diferenças entre os TRTs, no que tange a adaptabilidade das Cortes ao Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça, o E-Gestão. *A*

Restrição da licença associativa

O CNJ decidiu, por maioria, que o órgão não tem competência para regulamentar, por meio de resolução, o afastamento de magistrados para exercerem presidência de entidades de classe. A Anamatra atuou pela rejeição da proposta antes mesmo do início do julgamento, ainda em 2009. A entidade entregou memorial a todos os conselheiros, ressaltando o caráter discriminatório da norma e o viés "antiassociativo", que busca "criar subclasses de associações" e na prática "sugere o 'fechamento branco' das entidades menores que terão o seu funcionamento e representação prejudicados ou inviabilizados". Além dos memoriais, foram entregues aos conselheiros cópias de parecer do professor Luis Roberto Barroso que, opinando sobre proposta a pedido da Anamatra, entendeu ser impossível haver disciplinamento restritivo pelo CNJ sobre a temática das licenças associativas. *A*

Candidato portador de deficiência em concurso

O CNJ decidiu alterar dispositivo da Resolução nº 75 de forma a afastar a previsão de exclusão prévia de candidato portador de deficiência, que deseje participar de concurso público para a carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário Nacional. A decisão do CNJ foi motivada por um Pedido de Providências de uma candidata que teve sua inscrição indeferida pela Comissão Multiprofissional do concurso para juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. No processo, a Anamatra atuou como amicus curiae, no qual também apresentou requerimento pedindo revisão desse e de outros pontos da Resolução nº 75 do Conselho, que disciplina o tema dos concursos públicos para magistratura. *A*

Comissões da Câmara aprovam criação de Varas do Trabalho

Propostas legislativas que ampliam a estrutura do Poder Judiciário foram aprovadas pela Câmara dos Deputados. A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou os projetos de lei que tratam da criação de varas na jurisdição dos tribunais regionais do Trabalho das 4ª, 6ª, 9ª, 12ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 23ª regiões. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Anamatra pede votação da proposta que acaba com contribuição previdenciária de servidores inativos

A Anamatra encaminhou aos líderes partidários da Câmara dos Deputados ofício pedindo deliberação em Plenário da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que propõe a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/2003, extinguindo a cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas. Atualmente, a contribuição previdenciária de aposentadorias e pensões do serviço público é de 11% sobre a parcela que ultrapassa o teto previdenciário do INSS, hoje em R\$ 3.416,00. A proposta atinge os aposentados

e pensionistas com direito adquirido até 31 de dezembro de 2003. A PEC já recebeu parecer do deputado Arnaldo Faria de Sá, relator da matéria na Comissão Especial. A proposta do parlamentar estabelece um desconto gradativo que se inicia no sexagésimo primeiro aniversário do titular do benefício e o extingue plenamente quando o beneficiário completa 65 anos. A Anamatra participou de diversos debates no âmbito da Comissão Especial, por meio de audiências públicas, e acompanhou os trabalhos parlamentares nesse sentido. *A*

Magistratura do Trabalho e OAB discutem proposta legislativa que disciplina a execução trabalhista

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado do juiz do Trabalho Valter Pugliesi (19ª Região), integrante da Comissão Legislativa de entidade, esteve em audiência com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante. Na ocasião, Luciano Athayde pediu o apoio da Ordem ao Projeto de Lei (PL) nº 7.448/2010, que "dispõe sobre o cumprimento da sentença e sobre o processo de execução no âmbito do Direito Processual do Trabalho". O texto do projeto, apresen-



Foto: Arquivo Anamatra

tado à Câmara pela deputada Manoela D'Ávila (PCdoB-RS), é resultado de anteprojeto discutido pelos integrantes da Comissão de Alto Nível para Aprimoramento e Modernização da Legislação Material e Processual do Trabalho, e integra as propostas legislativas do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo. A Comissão, que funciona no âmbito da Secretária da Reforma do Judiciário, tem entre seus integrantes representantes da Anamatra e da OAB. *A*

CCJ do Senado aprova ampliação de competência da Justiça do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10/2010, que fixa como competência da Justiça do Trabalho demandas trabalhistas fundadas em contrato por tempo determinado. De autoria do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), a proposta teve parecer favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como atribuição da Justiça do Trabalho decidir sobre quaisquer direitos e vantagens decorrentes de vínculo de natureza trabalhista. Ao analisar o mérito da PEC 10/10, Lúcia Vânia disse ser conveniente incluir na Constituição o entendimento já firmado pelo STF quanto ao alcance da Justiça do Trabalho. A PEC 10/2010 ainda precisa passar por dois turnos de discussão e votação no plenário. *A*

Projeto que cria fundo de execuções trabalhistas recebe parecer favorável de relator no Senado

O Projeto de Lei do Senado nº 246/2005, que trata do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, o Funget, recebeu parecer favorável de seu relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). O texto original da proposta é resultado de anteprojeto sugerido pela Anamatra ainda em 2005. O senador apresentou substitutivo, já que a proposta havia sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seu relatório, Geraldo Mesquita lembrou que o substitutivo visa a assegurar um mínimo de atenção aos trabalhadores despojados de seus direitos trabalhistas em face da impossibilidade de execução de seus créditos. *A*

Anamatra realiza 1º Curso de Processo Legislativo

Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra realizou, no mês de setembro, o 1º Curso de Processo Legislativo – Processos Legislativos na Câmara dos Deputados. O evento foi voltado para os presidentes e diretores legislativos das Amatras e foi ministrado por Fernando Sabóia, chefe da Assessoria da



Secretaria-Geral da Câmara dos Deputados desde 1992. O secretário-geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Mozart Vianna de

Paiva, também participou do curso e ressaltou a importância da atuação da Anamatra no Congresso. “A vontade política não se manifesta muitas vezes pela demanda, mas sim pelo contato, pela pressão”, disse, ao expor sobre a história e a dinâmica do processo

legislativo, com ênfase especial às Medidas Provisórias e ao fenômeno do trancamento da pauta de votação na Câmara dos Deputados. *A*

Anamatra discute no Senado reforma do Código de Processo Civil

A Anamatra participou de reunião de comissão temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil (CPC). Diversas entidades de classe posicionaram a respeito das mudanças que creem ser pertinentes. O presidente da Associação, Luciano Athayde Chaves, declarou que a aplicação das regras do Código é um verdadeiro desafio. De acordo com ele, muitas leis hoje existentes sofrem o problema da respectiva efetivação. O relator do PLS é o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

A Anamatra montou um grupo de juízes processualistas para reunir sugestões de mudanças no CPC que atendam aos interesses da magistratura e também da



Foto: Agência Senado

sociedade. O caderno de propostas foi entregue ao ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, que presidiu a comissão instituída pelo Senado para elaborar a proposta. O objetivo da Associação foi o de colaborar para o debate do novo CPC tendo em vista a importância desse instituto para o Processo do Trabalho que o utiliza de forma subsidiária. Integram a Comissão Legislativa os seguintes magistrados: Ary Faria Marimon Filho (Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra), Carlos Henrique Bezerra Leite (Amatra 17/ES), Cléber Lúcio de Almeida (Amatra 3/MG), Kleber de Souza Waki (Amatra 18/GO), Edilton Meirelles de Oliveira Santos (Amatra 5/BA), Júlio César Bebbber (Amatra 24/MS) e Lúcio Pereira de Souza (Amatra 2/SP). *AF*

Deputado propõe rejeição de projetos que alteram o processo trabalhista

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) relatório aos projetos de lei 1084/07 e 5925/09. O voto do parlamentar foi pela constitucionalidade e boa técnica legislativa, e no mérito pela rejei-

ção dos projetos. As propostas sugerem mudanças no processo do trabalho, inclusive, com alteração no prazo para apresentação dos embargos, que pelo PL 5925/09 passa a ser contado a partir da juntada, nos autos, do termo desses procedimentos. A Comissão

Legislativa da Anamatra elaborou nota técnica opinando pela rejeição dos projetos. Além da nota, membros da comissão conversaram com o parlamentar, que acatou a sugestão da Anamatra. O parecer do relator aguarda votação na Comissão. *AF*

Presidente Lula sanciona lei que disciplina manejo de agravo de instrumento

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei 12.275 de 29 de junho de 2010, que altera dispositivos da CLT, tornando obrigatório o pagamento prévio de depósito recursal para interposição de

agravos de instrumento na Justiça do Trabalho. A Anamatra atuou pela aprovação da matéria, desde a sua apresentação à Câmara dos Deputados, em junho de 2009. Em ofícios entre os parlamentares durante

a tramitação do projeto, a entidade ressaltou que o agravo de instrumento por ser um recurso livre de preparo, ou seja, de depósito recursal, constitui-se em via fácil de protelação do andamento dos processos. *AF*

Anamatra lança na Câmara dos Deputados a quarta edição de sua Agenda Político-Institucional



Foto: Arquivo Anamatra

A quarta edição da Agenda Político-Institucional da Anamatra foi lançada em solenidade realizada na Câmara dos Deputados, que contou com o apoio da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Casa. A solenidade foi prestigiada por diversos parlamentares.

Desenvolvida como um instrumento de informação destinado às entidades participativas do debate público, a publicação

reúne o panorama das ações desenvolvidas pela Associação, além de tornar público o pensamento e a posição política da Anamatra a respeito dos temas destacados por todas as esferas do governo e, em especial, no que tange o Judiciário brasileiro. Foram destaques nesta edição da agenda como prioridades da Anamatra o planejamento estratégico e a gestão judiciária, a política remuneratória da magistratura; a defesa da

competência da Justiça do Trabalho e dos direitos e prerrogativas da magistratura trabalhista; a Reforma do Processo do Trabalho; a aprovação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET); a ampliação da estrutura administrativa dos tribunais; terceirização; a redução da jornada; o combate ao trabalho escravo e infantil; entre outros assuntos. *A*

Insalubridade e periculosidade: projeto que dispõe sobre ônus da prova tem parecer favorável de relator na CCJ da Câmara

O deputado Sílvio Costa (PTB-PE) apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei 3.427/2008, que está sob sua relatoria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A proposta dispõe sobre o ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelece critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita. O texto original do projeto foi resultado de sugestão da Anamatra ao Congresso em

2008, que culminou na apresentação do projeto pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) no mesmo ano. A Anamatra vem atuando pela célere aprovação do projeto. Ainda quando da tramitação da proposta na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), onde foi aprovada em dezembro de 2009, a entidade apresentou à relatora na Comissão, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), documento ressaltando a importância do projeto de lei. *A*

Anamatra defende no Senado Federal férias de 60 dias para a magistratura brasileira

O direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público, previsto na proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 48/2009, foi debatido em audiência pública realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Pela PEC 48/09, magistrados e membros do Ministério Público terão direito a férias anuais de 60 dias, divididas em dois períodos, sendo um de férias individuais e outro de férias coletivas. O texto original da proposta prevê que o período de férias coletivas seja de 2 a 31 de janeiro. No entanto, o relator apresentou duas emendas – uma alterando a data – de 20 de dezembro a 20 de janeiro –, e outra estendendo o direito às férias de 60 dias aos defensores públicos. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Associação luta pela rejeição de projeto que trata da uniformização de jurisprudência

A Anamatra manifestou apoio ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados pela rejeição do Projeto de Lei nº 7.598/2006. A proposta, de autoria do deputado Paes Landim (PTB-PI), institui, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o controle concentrado do alcance e do sentido de norma de direito material ou processual do trabalho. Se o parecer for aprovado na CCJC, o projeto segue para o arquivo porque ele é conclusivo nas

comissões, salvo recurso para ir ao plenário. O relator da matéria na comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), afirmou em seu voto que a proposição não merece ser acolhida, pois viola o princípio constitucional da independência dos poderes ao estabelecer funções de cunho nitidamente legiferante a um órgão do Poder Judiciário, bem como vai de encontro à estrutura organizacional deste Poder prevista no Capítulo III da Constituição Federal. *A*

CCJ da Câmara aprova projeto que regulamenta competência material da Justiça do Trabalho

O diretor de assuntos legislativos da Anamatra, Ary Marimon Filho, e juízes do Trabalho de diversas Regiões acompanharam a sessão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Lei nº 6542/2006. O texto aprovado ob-

jetiva regulamentar a competência material da Justiça do Trabalho, prevista no inciso IX do art. 114 da Constituição Federal, introduzido na Carta pela Emenda Constitucional nº 45/2004. A proposta deve ser apreciada ainda pelo Plenário da Câmara. A aprovação deu-se nos termos do subs-

titutivo ao projeto, apresentado pelo relator da matéria na Comissão, deputado Régis Oliveira (PSC-SP). A proposta apresentada pelo parlamentar seguiu sugestões de nota técnica elaborada pela Anamatra, em consenso com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). *A*

Pelo fim da arbitragem nas relações individuais de trabalho

O vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, no exercício da presidência da entidade, participou, no dia 10 de junho, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) da Câmara dos Deputados, de audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) nº 5.930/09, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT). A proposta altera a Lei nº 9.307/96, excluindo a possibilidade de arbitragem nas relações individuais de trabalho. O debate foi proposto pelo relator do PL na Ctasp deputado Vicentinho (PT-SP). Em sua intervenção, Renato Sant'Anna defendeu a aprovação do projeto, ressaltando o princípio da indisponibilidade dos direitos individuais dos trabalhadores, característica essa prevista, inclusive, na própria Lei de Arbitragem. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Anamatra lamenta aprovação da PEC 89/2003

O plenário do Senado Federal aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/2003, que visa impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece. A matéria foi objeto de manifestações

contrárias da Anamatra em notas técnicas entregues aos parlamentares. "A Anamatra irá à Câmara dos Deputados, assim como fez com os senadores, para levar as razões pelas quais essa matéria não pode prosperar da forma como está", afirmou o presidente da entidade, Luciano Athayde Chaves,

ao citar uma das notas técnicas da Anamatra que em um de seus trechos ressalta que a vitaliciedade é condição indispensável para uma magistratura independente e a sua relativização, como proposto na PEC, constitui um dos mais graves ataques ao Estado Democrático de Direito. *A*

Custas e emolumentos: Projeto que estabelece reajuste pelo INPC é aprovado na CTASP da Câmara

O Projeto de Lei nº 5453/09, que estabelece que os valores de custas e emolumentos da Justiça do Trabalho sejam reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), foi aprovado pela Ctasp da Câmara. A matéria seguiu para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação. A proposta recebeu parecer favorável de seu relator na Comissão, deputado Geraldo Pudim (PR-RJ). O texto original do projeto é resultado de sugestão da Anamatra, apresentada pelo deputado Edgar Moury (PMDB-PE). *A*

Magistrados debatem registro eletrônico de ponto com centrais sindicais e confederações de trabalhadores

A partir do dia 1º de março de 2011, os empregados deverão obter recibos que comprovem os horários de início e término da jornada de trabalho. A nova regra, prevista na portaria 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi motivo de reunião entre magistrados do Trabalho com centrais sindicais e confederações de trabalhadores a convite da Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão vinculado ao Ministério. O diretor de Direitos Humanos da Anamatra, Gabriel Napoleão Velloso Filho, representou a entidade no encontro. *A*

Espaço do Associado

Em 2010, a Anamatra lançou o Espaço do Associado, nova área restrita do site, com novidades, entre elas o acesso dos associados às peças elaboradas pela entidade e protocoladas junto aos Conselhos e Tribunais Superiores, no campo da defesa das prerrogativas dos magistrados, Boletins Legislativo, de Prerrogativas e de Orçamento, notícias restritas e as mensagens do presidente, bem como um clipping com a seleção das principais notícias de interesse da magistratura, veiculadas nos principais jornais do país. A área restrita traz ainda informações atualizadas relativas aos convênios firmados pela Anamatra, os balancetes emitidos pela contabilidade, e o acesso às publicações da Associação, a exemplo dos livros da Editora LTr e das edições do Jornal Anamatra dos anos de 2009 e 2010. *A*

Homenagem a Rubens Curado

A Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes da Anamatra homenagearam o juiz do Trabalho Rubens Curado, pela sua atuação à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde exerceu os cargos de secretário-geral e de juiz auxiliar da presidência. "Trata-se de uma oportunidade histórica, como presidente do Conselho", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, que, ao homenagear Rubens Curado, falou dos testemunhos de vários juízes do Trabalho, inclusive de presidentes de tribunais, sobre o trabalho de destaque do magistrado, à frente da secretaria-geral do CNJ. *A*



Foto: Arquivo Anamatra



TV Anamatra exibe entrevistas inéditas

Durante o ano de 2010, a TV Anamatra exibiu diversas entrevistas inéditas, entre elas com os convidados internacionais do 15º Conamat Antonio Baylos e Fernando Valdés Dal-Ré. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e representantes da Secretaria da Reforma do Judiciário também concederam entrevistas inéditas à Associação. A TV Anamatra está disponível no portal da entidade – www.anamatra.org.br. *A*

Saúde dos magistrados

A Anamatra iniciou em 2010 uma pesquisa entre os juízes trabalhistas associados que resultará em um diagnóstico da saúde e das condições do exercício profissional dos magistrados da Justiça do Trabalho.

A pesquisa foi elaborada pela Associação em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Ada Ávila Assunção. São avaliados diversos aspectos que podem prejudicar a saúde do magistrado em decorrência do trabalho e das novas tecnologias que

vêm sendo adotadas. A estrutura física do local onde trabalha, seja nas Varas e até mesmo nos Tribunais Regionais do Trabalho, também é levada em consideração. A partir da coleta das informações, em conformidade com os resultados que forem encontrados, a Anamatra deverá encaminhar e propor medidas adequadas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e ao próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como aos associados, de modo a equacionar os possíveis desvios, deficiências e pontos de colapso que eventualmente forem apontados. *A*

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A Revista Anamatra venceu a oitava edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria "revista". A publicação, que foi vencedora de quatro edições do prêmio (2005, 2007, 2008 e 2009), concorreu com a Revista Técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e a Revista Via Legal, do Conselho da Justiça Federal (CJF).

A premiação ocorreu em Porto Velho (RO), no encerramento do 6º Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). O juiz Vitor Yamada, integrante do Conselho Fiscal da Anamatra e presidente da Amatra 14 (RO), recebeu o troféu entregue pela desembargadora Maria Cesarineide Lima, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. *A*



Foto: Cleris Muniz/Ascom TRT 14

Anamatra sedia primeira reunião da Comissão de Defesa da Manutenção da Competência da Justiça do Trabalho

Foto: Arquivo Anamatra



Magistrados do Trabalho de diversas regiões do Brasil estiveram na sede da Anamatra, em Brasília, para a primeira reunião da "Comissão de Defesa da Manutenção da Competência da Justiça do Trabalho", que congrega dirigentes da Anamatra e de Amatras. O encontro foi conduzido pelo presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e pela secretária-geral da entidade, Fátima Stern. Na ocasião, o advogado da Anamatra, Alberto Pavie, falou, entre outros assuntos, sobre a atuação no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele ressaltou que após a Emenda Constitucional nº 45 houve alteração do recurso extraordinário de modo a ser admitida a repercussão geral. *A*

Anamatra prestigia 3º Congresso Internacional da ALJT

O presidente da Anamatra, acompanhado de dirigentes da entidade, de Amatras e de diversos juizes do Trabalho, participou da abertura do 3º Congresso Latino-Americano de Juizes do Trabalho. O evento, promovido pela Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho (ALJT), teve como tema "Direitos Sociais: crise global e não regressividade".

"Depositamos na entidade a desafiante tarefa de ser um organismo supranacional na defesa da independência judicial e do prestígio dos magistrados laborais da América Latina, bem assim dos direitos e valores sociais do Trabalho", disse Luciano Athayde. *A*

Foto: Kena Mello/Ascom Amatra 10



Anamatra no twitter

A Anamatra criou em 2009 mais um canal de comunicação com o associado e o público externo: o twitter. Pelo twitter da Anamatra, é possível acompanhar a atuação da Associação por meio da mídia social considerada a terceira mais usada no mundo.

Com estimativa de mais de 11 milhões de usuários no mundo, o twitter facilita o conhecimento de ações, em tempo real, sobre os assuntos de interesse da magistratura, além das bandeiras defendidas pela Anamatra perante a sociedade. *A*

Galeria de ex-presidentes da Anamatra

A Anamatra realizou no ano passado a aposição da foto do juiz Cláudio José Montesso na galeria de ex-presidentes da entidade. O magistrado, que presidiu a Anamatra no biênio 2007/2009, foi recebido por dirigentes da Anamatra, integrantes do Conselho de Representantes da entidade e juizes do Trabalho de diversas Regiões. Entre os presentes, estiveram os ex-presidentes da entidade Ilce Benevides, Hugo Cavalcanti Melo Filho e Grijalbo Coutinho. Cláudio José Montesso agradeceu as manifestações e a homenagem e destacou acontecimentos de sua gestão. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

APOSENTADOS

Aposentados reúnem-se em Brasília

Em março foi realizada a 1ª Reunião Nacional de Diretores de Aposentados na sede da Anamatra, em Brasília. O encontro teve como objetivo a discussão de soluções de temas de interesse dos magistrados trabalhistas aposentados e contou com a participação do diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, que proferiu palestra sobre reformas da previdência e perspectivas relacionadas à aposentadoria. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Diretora da Anamatra conhece realidade nas diversas regiões

A fim de conhecer a realidade dos magistrados aposentados de todas as regiões, a diretora de Aposentados da Anamatra, Cristina Valero, visitou vários estados brasileiros, como Espírito

Santo, Minas Gerais, Paraná, Ceará, entre outros. O objetivo da magistrada com as visitas foi conhecer os anseios da classe aposentada de cada região. *A*

Fórum Internacional de Direitos sociais

Discutir formas de erradicar o trabalho forçado e o trabalho infantil. Baseados nesse tema Luciano Athayde Chaves e diversos especialistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) participaram do Fórum Internacional sobre Direitos Sociais – Trabalho Decente e Desenvolvimento Sustentável, evento promovido pelo TST, sob a coordenação do ministro Lélio Bentes, com o apoio da Anamatra. Em sua intervenção, o presidente falou da importância do combate ao trabalho escravo e infantil, órgãos de proteção do trabalho e falou das diversas ações da entidade na proteção do trabalho humano. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Problema do amianto

Identificar e debater os problemas causados aos trabalhadores expostos ao amianto. Esse foi o objetivo do seminário "Amianto e seus males: uma abordagem sócio-jurídica", que a Anamatra promoveu juntamente com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Além do seminário, juizes e procuradores tiveram audiência com o ministro Ayres Britto, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4066, de autoria da Anamatra e da ANPT, que pede a revogação do artigo 2º da Lei Federal 9.055/95. Para as entidades, o referido dispositivo viola a Constituição Federal ao permitir a exploração comercial e industrial do amianto branco (crisotila), cuja lesividade à saúde humana, mesmo em parâmetros controlados, é notoriamente constatada por estudos científicos. *A*

Carreiras jurídicas

Dirigentes da Anamatra participaram do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado, que reuniu cerca de 1,5 mil participantes, teve como objetivo discutir o futuro do sistema judicial brasileiro e o papel das carreiras jurídicas no desenvolvimento do País. A Anamatra foi uma das entidades apoiadoras do evento, que reuniu diversas autoridades em Brasília. Entre as oficinas do evento, uma foi dedicada a discutir questões relacionadas ao Direito do Trabalho. Com o tema "Pensando os direitos trabalhistas e previdenciários na atualidade", a oficina contou com a participação dos juizes do Trabalho Grijalbo Coutinho e Reginaldo Melhado, indicados pela Anamatra para participar dos debates coordenados pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho. *A*

Nova diretoria do Coleprecur

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, prestigiou, no final de 2010, a posse da nova coordenação nacional do Colégio de Presidentes e Corregedores de tribunais regionais do Trabalho (Coleprecur) realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A

desembargadora Eneida Melo, presidente do TRT-6 (PE), deu lugar ao desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT do Paraná. O presidente do TRT do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Robinson, é o novo vice-coordenador do Colégio. *A*

Legislação Esportivo-Trabalhista

O presidente da Anamatra participou da abertura do III Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, ocorrida em novembro. Organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o evento teve como objetivo debater temas atuais e polêmicos do mundo jurídico-esportivo. Ao compor a mesa da cerimônia de

abertura com o presidente do TST, ministro Milton de Moura França e demais autoridades, Luciano Athayde descontraíu o público ao comparar as regras de futebol interpretadas pelo árbitro com a legislação esportiva, que também é decifrada pelos magistrados durante as ações trabalhistas que envolvem atletas. *A*

Campanha cartão vermelho ao trabalho infantil



A Anamatra, a Amatra 1 e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) realizaram, no Rio de Janeiro, evento sobre o trabalho infantil, com objetivo de fazer a divulgação e adesão à Campanha "Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil", lançada pela Organização Internacional do Trabalho, em parceria com a FIFA.

A campanha teve como objetivo engajar a população brasileira na luta contra o trabalho infantil e fazê-la participar do objetivo mundial de erradicá-lo. O garoto-propaganda da campanha é o jogador Robinho e todo o apelo da campanha foi ligado ao futebol. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Criança, adolescente, trabalho

A Anamatra lançou em 2010 o livro "Criança, Adolescente e Trabalho", trazendo uma compilação de textos multidisciplinares de juizes, procuradores, advogados, psicólogos, artistas, educadores e jornalistas. O objetivo da Anamatra foi o de dar continuidade ao compromisso de estimular, sistematizar e divulgar a produção científica em temas relacionados ao mundo do trabalho, além de contribuir para que a lacuna doutrinária sobre o tema seja superada. A obra foi organizada pelos juizes do Trabalho Andrea Nocchi, Gabriel Velloso Filho e Marcos Fava. *A*



Santa Maria (RS) recebe 5º Encontro Nacional do TJC

Cerca de 20 magistrados do Trabalho reuniram-se durante dois dias em Santa Maria (RS) para o 5º Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O objetivo do evento foi compartilhar resultados e ações da iniciativa da Anamatra que tem apoio das Amatras, além de traçar metas para 2011. O juiz Gustavo Fontoura Vieira e a juíza Elizabeth Hermes foram os anfitriões do encontro, que também contou com a presença do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, o diretor de Cidadania e Direitos Humanos da entidade, Gabriel Velloso Filho e a coordenadora nacional do Programa, Eliete Telles. *A*

Regiões consolidam o Programa

Em 2010 o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania prosseguiu com as atividades de consolidação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul (Lagoa Vermelha e Santa Maria), Bahia (Salvador e Itapetinga), Pernambuco, Rio Grande do Norte (Mossoró) e Paraná. O Distrito Federal, Cuiabá (MT)

e Campinas (SP) também começaram a desenvolver o programa.

Os estados do Espírito Santo, Pará, Sergipe, Ceará, e a cidade de Porto Alegre (RS) já começaram a firmar parcerias para efetivar o Programa. O Ceará, especificamente, assinou convênio com a Secretaria de Educação, selecionou as escolas

participantes e definiu o calendário para a capacitação dos professores.

Confira a seguir relatos das ações realizadas pelas Amatras no âmbito do TJC em 2010, além de metas para 2011. Os depoimentos foram expostos durante o 5º Encontro Nacional do TJC, realizado em dezembro em Santa Maria (RS).

AMATRA 1 (RIO DE JANEIRO)

A coordenadora do TJC no Rio de Janeiro, Luciana Neves, contou que inicialmente foram escolhidas 12 escolas pela Secretaria de Educação do Estado para a implementação do programa. Dessas, 9 desenvolveram a iniciativa, ficando as demais para 2011. Além disso, um seminário para os professores foi realizado em setembro. "O cidadão às vezes não entende porque perde a ação, mas quando participa do TJC, compreende melhor o funcionamento da Justiça", disse a juíza de Caxias, na Baixada Fluminense. "Foi muito emocionante o entusiasmo dos alunos e professores das escolas que aplicaram o programa. Eles ficaram felizes com o recebimento da placa do TJC", acrescentou.

Luciana também falou dos resultados obtidos por meio de trabalhos confeccionados pelos alunos, como cartazes e vídeos, além de peças teatrais e jograis. "É necessário que eles sintam o juiz perto e percebam que eles podem ir ao Judiciário, que é bem mais acessível do que imaginam", reforçou.

AMATRA 2 (SP)

A representante da Amatra 2, Erotilde Minharro, explicou que o TJC foi implantado em 2009 em uma escola no bairro de Campo Limpo, na Zona Sul da capital paulista, em um curso profissionalizante para jovens adultos. Segundo a juíza, o interesse dos estudantes é "bastante grande". "Em uma das visitas, chegamos a sair de lá meia-noite", entusiasmou-se.

Em Campo Limpo, são trabalhados com os alunos temas como trabalho doméstico, estrutura do Judiciário, acidente de trabalho, estágio, salário, 13º salário, medicina do trabalho, Código do Consumidor e assédio moral e sexual. "O TJC em São Paulo está engatinhando. Comecei sozinha, mas já estou conseguindo contagiar colegas magistrados", anunciou Erotilde.

AMATRA 4 (RS)

A cidade de Lagoa Vermelha, a cerca de 300 km de Porto Alegre, implantou o TJC para alunos de 6ª e 8ª séries em duas escolas carentes, conforme relatou o juiz responsável pelo programa na região, Paulo André Cordovil. "A gente ganha muito mais do que os próprios alunos", disse o magistrado, ao falar da satisfação que sente em participar do programa. "É a melhor experiência da minha vida", acrescentou.

Já a juíza Carolina Hostyn Grahlha Beck, falou sobre o TJC na capital gaúcha. "Escolhemos o perfil de algumas escolas e até o fim do semestre que vem teremos começado em pelo menos uma escola de Porto Alegre", garantiu. Recém eleita conselheira da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Carolina disse que assim que tomar posse vai "impor como meta o apoio ao TJC". "Tenho certeza de que o TJC na Amatra 4 não será mais só Santa Maria e Lagoa Vermelha", afirmou a magistrada, lembrando, ainda, que pretende ter o apoio do governo, já que o governador eleito, Tarso Genro (PT), é advogado trabalhista.

Também anfitriões do Encontro, os juízes de Santa Maria Gustavo Vieira e Elizabeth Hermes falaram do sucesso dos 10 anos do núcleo de cidadania da cidade gaúcha, completos em 2010. "Já implantamos o TJC em 10 escolas e a partir de 2011 teremos no calendário escolar um dia só para os professores trabalharem temas do programa com os alunos", anunciou Elizabeth, lembrando que durante a década 50 escolas da cidade participaram do programa.

Gustavo Vieira, que também é membro da Comissão Nacional do TJC, destacou que o professor é a peça-chave para o sucesso de ações como o programa da Anamatra. "O juiz dá o primeiro passo, mas o professor é o responsável por fazer dar certo". Em 2010 o TJC ganhou uma sala no prédio da Justiça do Trabalho de Santa Maria, onde os trabalhos dos alunos são expostos.

AMATRA 5 (BA)

A coordenadora da Amatra 5, Rosemeire Fernandes, destacou o trabalho feito em Itapetinga. Segundo ela, 10 escolas participaram do TJC em 2009 e mais 15 em 2010, atingindo 4 mil alunos e 250 educadores. Além disso, em setembro foi realizado um seminário de formação de multiplicadores em Salvador. "Já são mais de 250 multiplicadores e seis mil alunos", contou a juíza, acrescentando que o programa também já chegou na área rural. "O tribunal tem dado um apoio importante, disponibilizando transporte para levar os gestores nas escolas mais distantes", disse, acrescentando que também foi realizado evento na Escola Judicial, para sensibilização dos gestores das unidades escolares com a participação, inclusive, da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, desembargadora Ana Lúcia Bezerra.

Já em Salvador, foram 22 escolas participantes, 148 professores envolvidos e 11.840 cartilhas distribuídas. Rosemeire destacou que um dos pontos cruciais do TJC

A Responsabili

Encerrando as atividades do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania em 2010, realizou-se em Santa Maria/RS, nos dias 02 e 03 de dezembro, o 5º Encontro Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania com a presença de juízes de vários estados do país. Além das avaliações das atividades em cada cidade e do intercâmbio de experiências, marcou o evento a participação de representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reafirmou parceria para ações conjuntas em atividades que a OIT realiza no país. A Anamatra aceitou convite para apresentar o Programa TJC na 100ª

é valorizar o importante papel dos professores. "Fazemos o curso de formação com inscrição e também avaliação ao final. Tratamos os professores com dignidade e vemos como eles ficam realizados".

AMATRA 6 (PE)

O destaque do relato da coordenadora do TJC em Pernambuco, Carmen Richlin, foi a culminância realizada pelos alunos participantes da iniciativa. "Fizemos um concurso com as categorias vídeo, jornal e jogo teatral e quem ganhou foi uma escola para alunos com necessidades especiais", disse, ao explicar que o tema dos trabalhos foi os 100 anos de falecimento do jurista e jornalista pernambucano Joaquim Nabuco. Participaram do concurso seis escolas.

No estado pernambucano o TJC é desenvolvido há 5 anos, e já atendeu cerca de 40 escolas.

AMATRA 7 (CE)

A coordenadora do TJC no Ceará, juíza Kelly Cristina Diniz Por-

to, também não pôde comparecer ao encontro do TJC em Santa Maria (RS). No entanto, mandou relato para compartilhar com os demais participantes. Segundo a magistrada, em outubro foi feita uma reunião com a Secretaria de Educação, quando foram escolhidas seis escolas profissionalizantes de Fortaleza que irão compor o projeto piloto. Além disso, o TJC também foi apresentado aos magistrados cearenses, representantes do Ministério Público do Trabalho e de outros setores da sociedade.

O Curso de Formação dos Professores será realizado durante a semana pedagógica, provavelmente em março de 2011. Serão quase 100 participantes. Os assuntos escolhidos a serem trabalhados serão: direitos fundamentais, ética, ramos do Poder Judiciário e Direito Previdenciário.

AMATRA 8 (PA)

O coordenador do TJC no Pará, Wellington de Paula, anunciou que a Amatra 8 se reunirá com o governo do Estado no co-

meço de 2011 para o programa ser implantado para os estudantes paraenses.

AMATRA 10 (DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS)

Juiz no Gama, região administrativa do Distrito Federal, Leador Machado contou que o TJC, por enquanto, está sendo realizado em cursos profissionalizantes na cidade em que ele atua como magistrado. "Tivemos alguns problemas na tramitação burocrática com a secretaria de Educação, mas o programa correu por fora. Ainda assim, em 2011 o convênio com a Secretaria será assinado", explicou Leador.

Além das três escolas já abrangidas pelo TJC, Leador anunciou que o programa chegará a mais três no Gama e três em Santa Maria. Ademais, o objetivo é posteriormente implantar a iniciativa em outras regiões administrativas do DF, como Ceilândia, Taguatinga, centro do Plano Piloto e entorno norte - Sobradinho e Planaltina. A meta é formar 300 professores em 2011 para aplicar o TJC no DF.

dade Social do Juiz e do Poder Judiciário

Crédito: ACS/TRT-RS



Conferência Mundial da OIT em Genebra, em 2011, onde pretende lançar uma Cartilha trilingue sobre os direitos humanos dos trabalhadores com base nas Convenções Fundamentais da OIT.

Na Carta de conclusões desse V Encontro Nacional os juízes ratificam a concepção de que o magistrado deve ter formação humanista e consciência social, que deve atuar na realidade que o cerca com ação transformadora. Defendem a educação como uma experiência social emancipatória, que se consolida na consciência dos direitos humanos e na construção de um conceito inclusivo de cidadania.

Assim, sem descurar das suas mais nobres atribuições no serviço essencial de prestar a justiça, a magistratura do Trabalho e o Poder Judiciário estão determinados a cumprir suas metas de responsabilidade social.

O Judiciário mudou. Rompeu a visão do distanciamento.

Vivemos um novo tempo, abrimos uma nova visão, pela qual o Juiz encontrará maior legitimidade quanto mais próximo estiver da sociedade.

**Gustavo Fontoura Vieira é juiz da 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria (RS) e membro da Comissão Nacional do TJC*

AMATRA 15 (CAMPINAS E REGIÃO)

Segundo a juíza Adriene Diamantino, coordenadora do programa na 15ª Região, em 2010 o TJC foi desenvolvido em setembro, outubro e novembro junto à Escola Estadual Maria de Lourdes Silveira Cosentino, escolhida para receber o programa piloto. Um termo de cooperação entre a Amatra 15 e a Diretoria de Ensino de Piracicaba foi assinado a fim de que o programa chegue a 64 escolas de ensino fundamental e médio na região.

O programa piloto foi desenvolvido por meio da capacitação de 11 professores, palestras de magistrados para os alunos e culminância com apresentação dos trabalhos dos estudantes, que receberam medalhas.

AMATRA 17 (ES)

Cássio Moro, juiz responsável pelo TJC no estado do Espírito Santo, relatou que o programa será inicialmente implantado numa escola localizada numa vila de pescadores. Por enquanto são sete juízes do Trabalho e um de Direito responsáveis por levar as noções de trabalho, justiça e cidadania aos alunos. "Estamos todos muito entusiasmados", afirmou Cássio, acrescentando que um convênio com a secretaria de Educação já foi firmado para a efetivação do programa.

AMATRA 20 (SE)

Apesar de não estar presente no Encontro em Santa Maria (RS), o coordenador do TJC no estado de Sergipe, juiz Luiz Manoel, enviou o balanço do programa para ser dividido com os colegas. Segundo o magistrado, está sendo formalizado um termo de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação de Maruim. No município, serão 11 escolas abrangidas pelo TJC, além de 180 professores capacitados.

A Amatra 20 organizará o I Seminário de Formação de Professores no início do ano letivo de 2011. Para conhecer a experiência, Luiz Manoel participou do seminário de formação de multiplicadores reali-



Fotos: (A), (E) e (G) Arquivo Anamatra, (B) Amatra 10, (C) Amatra 5, (D) Amatra 1, (F) Amatra 15, (H) Amatra 7

zado pela Amatra 5 (BA) em Salvador, em setembro.

AMATRA 23 (MT)

Em Cuiabá (MT), o TJC foi implantado na instituição de ensino Fundação Bradesco, ensinando 400 alunos e capacitando 25 professores. A meta para 2011, segundo a presidente da Amatra 23 e diretora de Eventos da Anamatra, Carla Leal, é reformular o progra-

ma para continuar aplicando na Fundação Bradesco e aplicá-lo em outra escola pública. Além disso, a Amatra firmará um convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para que o TJC seja a iniciativa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou em quaisquer espaços públicos, prevista na meta de responsabilidade social do Conselho Nacional de Justiça para 2011. *A*